



CONCORRÊNCIA BINACIONAL LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL

**CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES
PLIEGO DE BASES Y CONDICIONES**

EF 2055-23

ADITAMENTO 7

ADITIVO 7

**REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DE PRODUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

**REFORMA Y AMPLIACIÓN DEL EDIFICIO DE PRODUCCIÓN DE LA
CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE ITAIPU**

ÍNDICE

PÁG Nº	PÁG. Nº
CAPÍTULO I 1	CAPÍTULO I 1
INSTRUÇÕES GERAIS 1	INSTRUCCIONES GENERALES 1
1.1 IDIOMAS 1	1.1 IDIOMAS 1
1.2 ASPECTOS JURÍDICOS 1	1.2 ASPECTOS JURÍDICOS 1
1.3 ISENÇÃO TRIBUTÁRIA 1	1.3 EXONERACIÓN TRIBUTARIA 1
1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO 2	1.4 CONSULTA, RESPUESTA Y ADITIVO 2
1.5 DILIGÊNCIA 3	1.5 DILIGENCIA 3
1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO 4	1.6 FORMA DE COMUNICACIÓN 4
1.7 RESTRIÇÕES 4	1.7 RESTRICCIONES 4
1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO 5	1.8 REVOCACIÓN Y ANULACIÓN 5
1.9 IMPUGNAÇÃO 5	1.9 IMPUGNACIÓN 5
1.10 VISITA TÉCNICA (OBRIGATÓRIA) 6	1.10 VISITA TÉCNICA (OBLIGATORIA) 6
1.11 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTA CONCORRÊNCIA 6	1.11 INTERPRETACIÓN DE LAS NORMAS QUE REGULAN ESTA LICITACIÓN 6
CAPÍTULO II 6	CAPÍTULO II 6
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS 6	INSTRUCCIONES ESPECÍFICAS 6
2.1 MODALIDADE, CLASSIFICAÇÃO, TIPO E REGIME DE CONTRATAÇÃO 6	2.1 MODALIDAD, CLASIFICACIÓN, TIPO Y RÉGIMEN DE CONTRATACIÓN 6
2.2 FINALIDADE E OBJETO 6	2.2 FINALIDAD Y OBJETO 6
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO 7	2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN 7
2.4 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO 9	2.4 PRESENTACIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN 9
2.5 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL 10	2.5 PRESENTACIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL 10
2.6 RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL E DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO 13	2.6 RECEPCIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL Y DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN 13
2.7 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES 14	2.7 JUZGAMIENTO DE LA HABILITACIÓN DE LOS OFERENTES 14
2.8 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL 17	2.8 APERTURA DE LA OFERTA COMERCIAL 17
2.9 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS 18	2.9 JUZGAMIENTO Y CLASIFICACIÓN DE LAS OFERTAS COMERCIALES 18
2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO 20	2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO 20
2.11 ASSINATURA DO CONTRATO 21	2.11 FIRMA DEL CONTRATO 21
2.12 DEVOLUÇÃO DOS INVOLUCROS DA HABILITAÇÃO 22	2.12 DEVOLUCIÓN DE LOS SOBRES DE LA HABILITACIÓN 22
CAPÍTULO III 22	CAPÍTULO III 22
ANEXOS 22	ANEXOS 22

**CONCORRÊNCIA BINACIONAL
EF 2055-23****REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DE
PRODUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU****CAPÍTULO I
INSTRUÇÕES GERAIS****1.1 IDIOMAS**

Estas instruções estão editadas nos idiomas português e castelhano.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS**1.2.1 Natureza Jurídica da ITAIPU**

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6), e no Paraguai pela Lei nº 389, de 13 julho de 1973.

1.2.2 Característica da Licitação

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26/4/73, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação - NGL, da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira e/ou paraguaia pertinente, conforme a abrangência do certame.

1.2.3 Etapas deste Procedimento

O presente procedimento será realizado nas seguintes etapas: (i) julgamento da habilitação e, após, (ii) julgamento e classificação de propostas.

1.3 ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

1.3.1 No Brasil, a ITAIPU possui isenção tributária conferida pelo Art. XII do Tratado que

**LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL
EF 2055-23****REFORMA Y AMPLIACIÓN DEL EDIFICIO DE
PRODUCCIÓN DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA
DE ITAIPU****CAPÍTULO I
INSTRUCCIONES GENERALES****1.1 IDIOMAS**

Estas instrucciones están editadas en los idiomas portugués y castellano.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS**1.2.1 Naturaleza Jurídica de la ITAIPU**

La ITAIPU es una entidad binacional de derecho internacional público, instituida por el Tratado celebrado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil el 26 de abril de 1973, el cual fue aprobado y ratificado, en el Paraguay, por la Ley N° 389, de fecha 13 de julio de 1973, y en Brasil por el Decreto Legislativo nº 23, del 22 de mayo de 1973 ("Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659") y promulgado por el Decreto nº 72.707, del 28 de agosto de 1973 ("Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6").

1.2.2 Característica de la Licitación

En el marco del Tratado celebrado entre el Paraguay y el Brasil el 26/4/73, la presente licitación será regida por la Norma General de Licitación (NGL) de la ITAIPU, aplicándose, en lo que fuere pertinente, la legislación paraguaya y/o brasileña, conforme al alcance del certamen.

1.2.3 Etapas de este Procedimiento

El presente procedimiento se realizará en las siguientes etapas: (i) juzgamiento de la habilitación y, luego, (ii) juzgamiento y clasificación de las ofertas comerciales.

1.3 EXONERACIÓN TRIBUTARIA

1.3.1 En el Brasil, la ITAIPU cuenta con una exoneración tributaria conferida por el Art. XII

criou e rege a entidade e, em matéria tributária, tem os efeitos previstos no art. 98 do Código Tributário Nacional, compreendendo:

- a) tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de direito, por força do Art. XII, alíneas “a” e “c” do Tratado (IPTU, IPVA, Imposto de Importação, IOF, entre outros); e
- b) tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de fato, por força do Art. XII, alínea “b”, do Tratado (ISS, ICMS, IPI, PIS/COFINS, entre outros).

1.3.2 Caso seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, a CONTRATADA deverá observar o regramento pela Lei Complementar 123/2006, não sendo aplicável a isenção tributária de que goza a ITAIPU.

1.3.3 No Paraguai a ITAIPU goza de isenção tributária em razão do disposto no:

- a) Art. XII do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, de 26/4/73, aprovado e ratificado no Paraguai pela Lei 389/73;
- b) Art. 255 da Lei 125/91;
 - derrogação de exonerações gerais e particulares, ficando excluídas as que se referem a Lei 60/90 de 26 de março de 1991, com as referências expressamente estabelecidas, as de regime legal de hidrocarboneto, as previstas nas leis particulares de obras públicas, as contempladas em acordos, convênios e tratados internacionais, assim como as previstas na presente Lei;
- c) Decreto 8.912/74 que autoriza a aplicação das franquias a favor da ITAIPU.

1.3.4 Os aspectos tributários específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva dos proponentes, sendo recomendável assessoria especializada.

1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO

1.4.1 Observado o Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I:

del Tratado que creó y rige la entidad y, en materia fiscal, tiene los efectos previstos en el art. 98 del Código Tributario Nacional, que comprende:

- a) impuestos en los que la ITAIPU es contribuyente en virtud del artículo XII, incisos “a” y “c” del Tratado (IPTU, IPVA, Impuesto de Importación, IOF, entre otros); y
- b) impuestos en los que la ITAIPU es contribuyente de hecho, de conformidad con el artículo XII inciso “b” del Tratado (ISS, ICMS, IPI, PIS / COFINS, entre otros).

1.3.2 En caso de optar por SIMPLES NACIONAL, el CONTRATISTA deberá cumplir con lo establecido en la Ley Complementaria 123/2006, no siendo aplicable la exención fiscal de la que disfruta ITAIPU.

1.3.3 En el Paraguay, la ITAIPU goza de exoneración tributaria en razón a lo dispuesto en el:

- a) Art. XII del Tratado celebrado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil, el 26/4/73, aprobado y ratificado en el Paraguay por la Ley 389/73;
- b) Art. 255 de la Ley 125/91;
 - derogación de exoneraciones generales y particulares - quedan exceptuadas las que se mencionan en la Ley 60/90 del 26 de marzo de 1991, con las referencias expresamente establecidas, las del régimen legal de hidrocarburos, las previstas en las leyes particulares de obras públicas, las contempladas en acuerdos, convenios y tratados internacionales, así como las previstas en la presente Ley;
- c) Decreto 8.912/74 que autoriza la aplicación de franquicias a favor de la ITAIPU.

1.3.4 Los aspectos tributarios específicos de las ofertas, son de exclusiva responsabilidad de los oferentes, siendo recomendable asesoría especializada.

1.4 CONSULTA, RESPUESTA Y ADITIVO

1.4.1 Observado el Calendario de Eventos de la Licitación, Anexo I:

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este Caderno de Bases e Condições (CBC);
- b) a resposta da ITAIPU será disponibilizada a todas as proponentes, sem indicação do autor da consulta, e constituirá aditamento a este CBC.

1.4.2 A ITAIPU poderá, por meio da Superintendência de Compras, aditar este CBC, até a data da sessão pública inaugural, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.6 deste CBC.

1.4.3 Todo aditamento prevalece sempre em relação ao precedentemente publicado.

1.5 DILIGÊNCIA

1.5.1 Em qualquer fase do processo licitatório, a ITAIPU, por intermédio da Superintendência de Compras, poderá promover diligências para esclarecer, sanear e/ou complementar a instrução do processo.

1.5.2 Admitir-se-á que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam à juntada posterior de documento cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das propostas.

1.5.3 Poderão ser objeto de saneamento os erros formais como os materiais irrelevantes, tanto em relação às propostas como também aos documentos para a habilitação.

1.5.4 A ITAIPU dará conhecimento da diligência realizada, bem como de sua resposta, a todas as proponentes participantes do certame.

1.5.5 As proponentes notificadas para prestar esclarecimentos deverão fazê-lo no prazo determinado pela ITAIPU, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

1.5.6 Não será permitido o uso de diligência para comprovar outras experiências que não aquelas retratadas nos atestados ou certificados inicialmente apresentados.

- a) el oferente podrá formular consulta sobre este Pliego de Bases y Condiciones (PBC);
- b) la respuesta de la ITAIPU será publicada a todos los oferentes, sin indicación del autor de la consulta, y se constituirá en aditivo a este PBC.

1.4.2 La ITAIPU podrá, por medio de la Superintendencia de Compras, formular aditivos a este PBC, hasta la fecha de sesión pública inaugural, mediante publicación en la prensa o por los medios indicados en el ítem 1.6 de este PBC.

1.4.3 Todo aditivo prevalece siempre con relación a lo precedentemente publicado.

1.5 DILIGENCIA

1.5.1 En cualquier etapa de este proceso licitatorio, la ITAIPU, por medio de la Superintendencia de Compras, podrá promover diligencias para aclarar, sanear y/o complementar los documentos pertinentes del proceso.

1.5.2 Se admitirá que los interesados, en respuestas a las diligencias promovidas, procedan posteriormente a adjuntar documentos cuyos contenidos reflejen la situación fática o jurídica ya existente en la fecha de la presentación de las ofertas.

1.5.3 Podrán ser objeto de saneamiento, los errores formales, como los materiales irrelevantes, tanto con relación a las ofertas como también a los documentos de habilitación.

1.5.4 La ITAIPU dará conocimiento de la diligencia realizada, así como de su respuesta, a todos los oferentes participantes del certamen.

1.5.5 Los oferentes notificados para prestar aclaraciones adicionales deberán hacerlo en el plazo determinado por la ITAIPU, bajo pena de desclasificación o inhabilitación.

1.5.6 No será permitida la realización de diligencia para comprobar otras experiencias que no sean aquellas realizadas e identificadas en las constancias o certificados inicialmente presentados.

1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO

1.6.1 A comunicação entre a ITAIPU e a proponente far-se-á mediante ata, carta ou e-mail, com confirmação de recebimento e, também, pela Internet para as proponentes que utilizam esta forma de comunicação.

1.6.1.1 A ITAIPU colocará à disposição na Internet, nos sites www.itaipu.gov.br e www.itaipu.gov.py, as informações desta licitação até a formulação de aditamento, se houver, ficando sob a responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo.

1.6.2 O resultado das etapas de julgamento das propostas e da habilitação será comunicado, por intermédio da Superintendência de Compras, a todas as proponentes.

1.7 RESTRIÇÕES

1.7.1 Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

- a) pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) pessoas físicas ou jurídicas submetidas à penalidade de Suspensão Temporária de Cadastro na ITAIPU, na ENBPar, na ANDE, em órgãos ou entidades públicas federais do Brasil, bem como órgãos ou entidades públicas do Paraguai, durante a vigência da penalidade;
- c) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas;
- d) pessoas jurídicas em que Conselheiros, Diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto Entidades sem fins lucrativos;
- e) pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstradas a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio;

1.6 FORMA DE COMUNICACIÓN

1.6.1 La comunicación entre la ITAIPU y el oferente se hará mediante acta, carta o correo electrónico, con la confirmación de recepción y también por Internet para los oferentes que utilizan esta forma de comunicación.

1.6.1.1 La ITAIPU colocará a disposición en la Internet, en los sitios www.itaipu.gov.py, y www.itaipu.gov.br, las informaciones de esta licitación hasta la formulación de aditivo, si lo hubiere, quedando bajo responsabilidad del oferente el acompañamiento del proceso.

1.6.2 El resultado de las etapas de juzgamiento de las ofertas y de la habilitación será comunicado, por intermedio de la Superintendencia de Compras, a todos los oferentes.

1.7 RESTRICCIONES

1.7.1 No podrán participar de Licitaciones, ni contratar con la ITAIPU:

- a) personas físicas o jurídicas bajo régimen de quiebra o de convocatoria de acreedores o en recuperación judicial o extrajudicial;
- b) personas físicas o jurídicas sancionadas con la penalidad catastral de suspensión temporal para contratar con la ITAIPU, la ANDE, o la ENBPar, o con entidades u organismos públicos en el Paraguay, así como con entidades u organismos públicos federales de la República Federativa del Brasil, mientras se encuentre vigente la citada sanción;
- c) personas físicas o jurídicas declaradas no idóneas;
- d) personas jurídicas en las que Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU, así como personal cedido o contratado, sean propietarios, socios o que ejerzan funciones de dirección, excepto Entidades sin fines lucrativos;
- e) personas físicas o jurídicas que tengan o puedan obtener informaciones privilegiadas o ventajas, capaces de afectar la formalidad y la igualdad en un proceso de contratación, demostrada mediante un hecho concreto, resultado de un proceso interno específico;

- reputam-se informações privilegiadas, entre outras, para fins da presente alínea, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem.

- f) pessoas jurídicas paraguaias que se encontram vinculadas entre si por algum sócio ou associado comum.

1.7.2 Não poderão participar desta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico, do projeto executivo ou de qualquer documento técnico desta licitação, pessoa física ou jurídica;
- b) empresa responsável pela elaboração do projeto básico, do projeto executivo ou de qualquer documento técnico desta licitação, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa, por meio de ato formal devidamente motivado, mediante prévio processo administrativo.

1.9 IMPUGNAÇÃO

1.9.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e a documentação para a habilitação.

1.9.2 A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por proponente interessada não a impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado administrativo da decisão a ela pertinente.

1.9.3 O endereço para protocolar a impugnação

- se consideran informaciones privilegiadas, entre otras, a los efectos del presente parágrafo, aquellas obtenidas de cualquier área de la ITAIPU, relacionadas a aspectos estratégicos de la contratación y que no hayan sido reveladas a los demás interesados, otorgando ventajas competitivas sobre los demás.

- f) personas jurídicas paraguayas que se encuentren vinculadas entre sí por algún socio o asociado común.

1.7.2 No podrán participar en esta licitación ni participar en la ejecución del contrato, directa o indirectamente:

- a) autor del anteproyecto, proyecto básico, proyecto ejecutivo o cualquier documento técnico de esta licitación, persona física o jurídica;
- b) empresa responsable de la elaboración del proyecto básico, proyecto ejecutivo o cualquier documento técnico de esta licitación, o empresa de la cual el autor del proyecto sea director, gerente, interventor, accionista o poseedor de más del 5% (cinco por ciento) del capital con derecho a voto, responsable técnico o subcontratista.

1.8 REVOCACIÓN Y ANULACIÓN

La ITAIPU podrá revocar o anular esta licitación, en cualquier etapa, mediante acto formal devidamente motivado por un procedimiento administrativo previo.

1.9 IMPUGNACIÓN

1.9.1 Cualquier persona u oferente tienen acción legítima para impugnar el presente PBC, debiendo observar, bajo pena de preclusión, el plazo de hasta 5 (cinco) días hábiles antes de la fecha fijada para la Sesión Pública de entrega de los sobres que contienen la Oferta Comercial y la Documentación para la Habilitación.

1.9.2 La impugnación hecha en tiempo por el oferente interesado, no tendrá efecto de recurso, y no impedirá su participación en la licitación, hasta el juzgamiento administrativo de la decisión a ella pertinente.

1.9.3 La dirección para protocolizar la

consta do Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

1.10 VISITA TÉCNICA (OBRIGATÓRIA)

1.10.1 A proponente deverá visitar, às suas expensas, o local da execução dos serviços objeto desta licitação.

1.10.2 A visita deverá ser agendada a partir da data e nos horários fixados no Calendário de Eventos, Anexo I.

1.10.3 A ITAIPU expedirá, a qualquer um dos integrantes dos consórcios que realizarem a visita, o Certificado de Visita Técnica que deverá ser apresentado com a documentação para a habilitação, conforme Anexo II deste CBC.

1.11 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTA CONCORRÊNCIA

1.11.1 As normas que disciplinam esta concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

1.11.2 Os casos não previstos neste CBC serão decididos pela Comissão de Licitação e Negociação Específica (CLNE).

CAPÍTULO II INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDADE, CLASSIFICAÇÃO, TIPO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- a) modalidade: concorrência;
- b) classificação: binacional;
- c) tipo: menor preço;
- d) regime de contratação: preço unitário.

2.2 FINALIDADE E OBJETO

Selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de reforma e ampliação do Edifício de Produção da Usina

impugnación consta en el Calendario de Eventos Anexo I de este PBC.

1.10 VISITA TÉCNICA (OBLIGATORIA)

1.10.1 El oferente deberá visitar, a sus expensas, el local de la ejecución de los servicios objeto de esta licitación.

1.10.2 La visita deberá ser programada a partir de la fecha y en los horarios fijados en el Calendario de Eventos, Anexo I.

1.10.3 La ITAIPU expedirá, a cualquiera de los integrantes de los consorcios que realicen la visita, el Certificado de Visita Técnica que deberá ser presentado con la documentación para la habilitación, conforme Anexo II de este PBC.

1.11 INTERPRETACIÓN DE LAS NORMAS QUE REGULAN ESTA LICITACIÓN

1.11.1 Las normas que rigen esta licitación serán siempre interpretadas en favor de la ampliación de la participación, toda vez que no comprometam el interés público, la finalidad y la seguridad de la contratación.

1.11.2 Los casos no previstos en este PBC serán decididos por la Comisión de Licitación y Negociación Específica (CLNE).

CAPÍTULO II INSTRUCCIONES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDAD, CLASIFICACIÓN, TIPO Y RÉGIMEN DE CONTRATACIÓN

- a) modalidad: licitación pública;
- b) clasificación: binacional;
- c) tipo: menor precio;
- d) régimen de contratación: precio unitario.

2.2 FINALIDAD Y OBJETO

Seleccionar la oferta comercial más ventajosa para la contratación de los servicios de reforma y ampliación del Edificio de Producción

Hidrelétrica de ITAIPU, que inclui demolições e remoções, revisão e reforço estrutural, construção da Área de Convivência, estruturas de concreto e metálicas, instalação de revestimentos, fechamentos, aberturas, sistemas elétricos e de comunicação, sistemas hidráulicos e mecânicos, novo sistema de ar condicionado e ventilação, comunicação visual, equipamentos, móveis sob medidas e divisórias, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo III deste CBC.

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderão participar desta licitação exclusivamente empresas, associadas na forma de consórcio binacional obrigatório, legalmente estabelecidas no Brasil e no Paraguai, cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação desde que atenda, integralmente, a todos os requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos.

2.3.1.1 Entende-se por consórcio binacional obrigatório aquele formado por empresa(s) estabelecida(s) no Brasil com empresa(s) estabelecida(s) no Paraguai, em regime de responsabilidade solidária, com o objetivo de participar e executar o objeto em licitação, não se configurando pessoa jurídica própria, uma vez que cada integrante mantém a sua própria personalidade.

2.3.1.2 O consórcio deverá possuir uma empresa coordenadora dos trabalhos no Brasil e outra coordenadora estabelecida no Paraguai, sendo que a líder do consórcio deverá ser uma dessas duas empresas.

2.3.1.2.1 As empresas coordenadoras serão obrigatoriamente as consorciadas que atenderem, individualmente, as exigências estabelecidas na alínea “a” dos subitens 1.2.1.4 ou 1.2.2.4 (empresa estabelecida no Brasil) e 1.2.3.5 ou 1.2.4.4 (empresa estabelecida no Paraguai) da Documentação para a Habilitação - Anexo II.

2.3.1.2.2 A empresa líder do consórcio binacional responderá administrativa e judicialmente pelo consórcio.

2.3.1.3 É condição obrigatória que a composição do consórcio binacional tenha participação de 50% de empresa(s) estabelecida(s) no Brasil e 50% estabelecida(s) no

de la Central Hidroeléctrica de ITAIPU, que incluye demolición y remoción, revisión y refuerzo estructural, construcción del Área de Convivencia, estructuras de hormigón y metálicas, instalación de revestimientos, cerramientos, aberturas, sistemas eléctricos y de comunicación, sistemas hidráulicos y mecánicos, nuevo sistema de aire acondicionado y ventilación, comunicación visual, equipamientos, muebles fijos y divisorias, de acuerdo con las Especificaciones Técnicas, Anexo III del presente PBC.

2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN

2.3.1 Podrán participar de esta licitación, exclusivamente empresas asociadas en consorcio binacional obligatorio, legalmente establecidas en el Paraguay y en el Brasil, cuyo ramo de negocio, definido en sus actos constitutivos, fuere pertinente al objeto de esta licitación y toda vez que atiendan integralmente a todos los requisitos establecidos en este PBC y sus anexos.

2.3.1.1 Entiéndase por consorcio binacional obligatorio aquel conformado por empresa(s) establecida(s) en el Paraguay con empresa(s) establecida(s) en el Brasil, en régimen de responsabilidad solidaria, con el fin de participar y ejecutar el objeto de la licitación, no configurándose en persona jurídica única, ya que cada integrante mantiene su propia personería.

2.3.1.2 El consorcio deberá poseer una empresa coordinadora de los trabajos en el Brasil y otra coordinadora establecida en el Paraguay, la líder del consorcio deberá ser una de esas dos empresas.

2.3.1.2.1 Las empresas coordinadoras serán obligatoriamente las consorciadas que cumplan, individualmente, las exigencias establecidas en la letra “a” de los sub-ítems 1.2.1.4 o 1.2.2.4 (empresa establecida en el Brasil) y 1.2.3.5 o 1.2.4.4 (empresa establecida en el Paraguay) de la Documentación para la Habilitación - Anexo II.

2.3.1.2.2 La empresa líder del consorcio binacional responderá administrativa y judicialmente por el consorcio.

2.3.1.3 Es condición obligatoria que la composición del consorcio binacional tenga una participación del 50% de empresa(s) establecida(s) en el Paraguay y 50%

Paraguai.

2.3.1.4 As empresas consorciadas deverão obrigatoriamente ter sede e realizar atividades no Brasil ou no Paraguai.

2.3.1.5 É vedada nesta licitação a participação de empresa(s) que integre(m) mais de um consórcio.

2.3.1.6 O consórcio vencedor fica obrigado a promover sua constituição legal antes da celebração do contrato com a ITAIPU, devendo, para tanto, observar a legislação vigente do país onde se encontra estabelecida a sede da empresa líder.

2.3.1.6.1 Constituição legal é a formalização de instrumento particular entre os consorciados, nos mesmos termos do compromisso público ou particular apresentado como documento de habilitação, conforme subitem 1.1.1, Anexo II do CBC.

2.3.1.6.2 Para que o consórcio binacional tenha efeitos perante a ITAIPU:

a) se a empresa líder for brasileira, não será necessário registro da constituição legal do consórcio perante a Junta Comercial;

b) se a empresa líder for paraguaia, será necessária a inscrição da constituição legal do consórcio perante a Dirección General de los Registros Públicos.

2.3.2 A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

a) respeita a legislação pertinente à contratação de menores;

b) conhece e respeita, no que lhe é aplicável, as políticas e diretrizes quanto à equidade de gênero, vigentes na ITAIPU, e que estão disponíveis no endereço www.itaipu.gov.br;

c) conhece e aceita o “Código de Conduta para Fornecedores da ITAIPU”, disponível no site <https://compras.itaipu.gov.br>;

d) conhece e respeita o “Código de Ética da ITAIPU”, aprovado pela RCA-009/13, de 26.04.2013, disponível no site <https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>;

estabelecida(s) en el Brasil.

2.3.1.4 Las empresas consorciadas deberán obligatoriamente tener sede y realizar sus actividades en el Paraguay o en el Brasil.

2.3.1.5 En esta licitación está prohibida la participación de empresa(s) que integre(n) más de un consorcio.

2.3.1.6 El consorcio vencedor, está obligado a promover la constitución legal del consorcio antes de la celebración del contrato con ITAIPU, debiendo, para ello, cumplir con la legislación vigente del país donde se encuentra establecida la empresa líder.

2.3.1.6.1 La constitución jurídica es la formalización de un instrumento privado entre los integrantes del consorcio, en los mismos términos que el compromiso público o privado presentado como documento de habilitación, según el sub-ítem 1.1.1 del Anexo II del CBC.

2.3.1.6.2 Para que el consorcio binacional entre en vigencia ante ITAIPU:

a) si la empresa líder es brasileña, no será necesario registrar la constitución legal del consorcio en la Junta Comercial;

b) si la empresa líder es paraguaya, será necesario registrar la constitución legal del consorcio ante la Dirección General de Registros Públicos.

2.3.2 La participación del oferente en esta licitación implica manifestación tácita de que:

a) respeta la legislación aplicable en cuanto a contratación de menores;

b) conoce y respeta, en lo que le es aplicable, las políticas y directrices en cuanto a la equidad de género, vigentes en la ITAIPU, y que están disponible en la dirección www.itaipu.gov.py;

c) conoce y acepta el “Código de Conducta para Proveedores de la ITAIPU”, disponible en la dirección <https://compras.itaipu.gov.py>;

d) conoce y respeta el “Código de Ética de la ITAIPU” aprobado por RCA-009/13, de 26.04.2013, disponible en la dirección <https://www.itaipu.gov.py/es/institucional/documentos-oficiales>;

- e) não lhe afeta nenhuma das condições impeditivas para a contratação com ITAIPU, conforme relacionadas em 1.7 deste CBC; e
- f) concorda com a utilização por ITAIPU dos documentos apresentados na fase de habilitação, se for o caso, para assentamento no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU.

2.4 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.4.1 A proponente deverá apresentar a documentação para a habilitação conforme estabelecido no Anexo II deste CBC, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma constituída de originais ou de cópias autenticadas, com exceção do CRC que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples.
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "A"
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA BINACIONAL
EF 2055-23

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

2.4.1.1 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro A-1, A-2...

2.4.2 Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pelo fornecedor interessado as respectivas vias originais.

2.4.3 A documentação proveniente de outros

- e) no le afecta ninguna de las condiciones impeditivas para la contratación con la ITAIPU, conforme se relaciona en el ítem 1.7 de este PBC; y

- f) concuerda con la utilización por parte de la ITAIPU de los documentos presentados en la fase de habilitación para registro en el Catastro de Proveedores de la ITAIPU, si fuere el caso.

2.4 PRESENTACIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN

2.4.1 El oferente deberá presentar la documentación para la habilitación conforme establecido en el Anexo II de este PBC, atendiendo los siguientes requisitos:

- a) en 2 (dos) ejemplares, siendo uno constituido de originales o de copias autenticadas, con excepción del CRC que, por ser documento emitido por ITAIPU, podrá ser presentado en copia simple.
- b) todas las hojas de cada uno de los ejemplares deberán ser numeradas y rubricadas;
- c) en sobre cerrado e inviolable conteniendo en su parte externa la siguiente identificación:

SOBRE "A"
DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL
EF 2055-23

OFERENTE: _____

DIRECCIÓN: _____

2.4.1.1 Si existe la necesidad de utilizar más de un sobre, deberá ser obedecida la siguiente designación alfanumérica: A-1, A-2...

2.4.2 En ninguna hipótesis serán autenticadas por la Comisión de Recepción de ITAIPU, las fotocopias o cualesquier otras reproducciones de documentos, por más que sean exhibidos por el oferente interesado, los ejemplares originales.

2.4.3 La documentación proveniente de otros

países que não os integrantes do Brasil ou o Paraguai, deverá ser apresentada atendendo, ainda, aos seguintes requisitos:

- a) autenticada pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente do documento, ou por apostilamento;
- b) acompanhada de tradução para o português, realizada por tradutor juramentado no Brasil, ou para o castelhano, realizada por tradutor juramentado no Paraguai, se não for originalmente redigida em português ou castelhano.

2.4.3.1 Facultativamente, a documentação referida em 2.4.3 poderá ser apresentada em tradução livre e sem a autenticação ou apostilamento. Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la, nos termos estabelecidos no subitem 2.4.3 e no prazo fixado em 2.11.1.

2.5 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.5.1 A proposta comercial deverá ser apresentada:

- a) em 2 (duas) vias, uma original e a outra poderá ser cópia simples;
- b) com todas as folhas de cada uma das vias numeradas sequencialmente e rubricadas; a última deverá estar assinada;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "B"
PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA BINACIONAL
EF 2055-23

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

2.5.1.1 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro B-1, B-2...

países que no sean los integrantes del Brasil o el Paraguay, deberá ser presentada atendiendo, además, los siguientes requisitos:

- a) autenticada por la representación diplomática paraguaya o brasileira, en el país en donde esté establecido el remitente del documento, o por apostillamiento;
- b) acompañada de traducción al castellano por traductor habilitado en el Paraguay o portugués realizada por traductor habilitado en el Brasil, si no fuera redactada originalmente en castellano o portugués.

2.4.3.1 Opcionalmente, la documentación referida en el ítem 2.4.3 podrá ser presentada en traducción libre y sin la autenticación o apostillamiento. Sin embargo, en este caso, en la hipótesis de resultar vencedor de esta licitación, deberá el oferente volver a presentarla, en los términos establecidos en el sub-ítem 2.4.3 y en el plazo fijado en el ítem 2.11.1.

2.5 PRESENTACIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL

2.5.1 La oferta comercial deberá ser presentada:

- a) en 2 (dos) ejemplares, uno original y el otro podrá ser copia simple;
- b) las hojas de cada ejemplar deberán estar foliadas, firmada la última y rubricadas las demás;
- b) en sobre cerrado e inviolable, con la siguiente identificación en su parte externa:

SOBRE "B"
OFERTA COMERCIAL
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL
EF 2055-23

OFERENTE: _____

DIRECCIÓN: _____

2.5.1.1 Si hubiere necesidad de utilizar más de un sobre, deberá ser respetada la siguiente designación alfanumérica: Sobre B-1, B-2...

2.5.1.2 Com as vias impressas da Proposta Comercial, exigidas no subitem 2.5.1, alínea “a”, a proponente deverá apresentar uma via digital editável no mesmo formato disponibilizado no Anexo V do CBC (Excel), em dispositivo de memória Pen Drive (Memória USB) ou Cartão de Memória (Memory Card).

2.5.1.2.1 O dispositivo relacionado no subitem 2.5.1.2, por ter natureza acessória e complementar à proposta comercial, é factível de ampla diligência por parte da CLNE, inclusive na hipótese de sua não apresentação.

2.5.1.2.2 Para todos os efeitos prevalecerá a via da proposta original impressa e assinada.

2.5.2 A proposta comercial deverá ser elaborada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) expressa em planilha, de acordo com o modelo do Anexo V;
- b) cotação de preços unitários e totais, com duas casas decimais, na moeda dólar dos Estados Unidos da América (US\$);
- c) todos os itens deverão ser cotados, sob pena de desclassificação da proposta;
- d) redigida em português ou castelhano;
- e) sem emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação ou condicionante.

2.5.3 A proponente deverá considerar nos preços ofertados:

- a) os requisitos estabelecidos nas Especificações Técnicas, Anexo III;
- b) o Orçamento Estimado, Anexo IV;
- c) as condições e a forma de pagamento, o local e os prazos para a execução do objeto desta licitação, conforme definido na Minuta de Contrato, Anexo VI deste CBC;
- d) as garantias financeiras, a serem apresentadas nos termos do Capítulo XV da Minuta de Contrato, Anexo VI deste CBC;
- e) as inspeções de materiais, equipamentos e

2.5.1.2 Con los ejemplares impresos de la Oferta Comercial, exigidos en el ítem 2.5.1, letra “a”, el oferente deberá presentar un ejemplar digital editable en el mismo formato disponible en el Anexo V del PBC (Excel), en dispositivo de memoria Pendrive (memoria USB) o Tarjeta de Memoria (Memory Card).

2.5.1.2.1 El dispositivo descrito en el subítem 2.5.1.2, por ser de naturaleza accesorio y complementaria a la oferta comercial, es factible de amplia diligencia por parte de la CLNE, inclusive en la hipótesis de su falta de presentación.

2.5.1.2.2 Para todos los efectos, prevalecerá lo contenido en la oferta original impresa y firmada.

2.5.2 La oferta comercial deberá ser elaborada atendiendo los siguientes requisitos:

- a) expresada en planilla, de acuerdo con el modelo presentado en el Anexo V;
- b) cotización de precios unitarios y totales, con dos dígitos después de la coma, en la moneda dólar de los Estados Unidos de América (US\$);
- c) todos los ítems deberán ser cotizados, bajo pena de desclasificación de la oferta;
- d) redactada en castellano o portugués;
- e) sin enmienda, entrelínea, raspadura, borrón, observación ni condición alguna.

2.5.3 El oferente deberá considerar en los precios ofertados:

- a) los requisitos establecidos en las Especificaciones Técnicas, Anexo III;
- b) el Presupuesto Estimado, Anexo IV;
- c) las condiciones y la forma de pago, el local y los plazos para la ejecución del objeto de esta licitación, conforme definido en la Minuta de Contrato, Anexo VI de este PBC;
- d) las garantías financieras, que serán presentadas en los términos del Capítulo XV de la Minuta de Contrato, Anexo VI de este PBC;
- e) las inspecciones de materiales, equipos y

sistemas a serem realizadas na execução contratual, conforme estabelecido nas Condições Gerais de Inspeção e Planilha de Classes de Inspeção, Anexos X e XI deste CBC;

f) a Matriz de Alocação de Riscos, Anexo XIII deste CBC;

g) a isenção tributária referida em 1.3 deste CBC;

h) para a definição do valor do Contrato, os preços da Proposta Comercial ofertados em Dólar dos Estados Unidos da América (US\$) serão convertidos para Real (R\$) e/ou Guaraní (G.). Para a conversão utilizar-se-á a cotação do Dólar vigente na ITAIPU, da seguinte forma:

h.1) real: cotação comercial de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América, taxa PTAX, utilizada para a venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, referente ao dia útil anterior à data da sessão pública de entrega das Propostas Comerciais;

h.2) guarani: cotação comercial de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América, mercado livre flutuante, utilizada para a venda, disponibilizada pelo Banco Central do Paraguai, referente ao dia útil anterior à data da sessão pública de entrega das Propostas Comerciais.

i) todos os custos, de qualquer natureza, incorríveis para a execução do contrato.

2.5.4 Não será aceita proposta comercial alternativa.

2.5.5 A proposta será considerada válida pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua apresentação.

2.5.6 A data-base contratual corresponderá à data estabelecida para a entrega da proposta comercial.

sistemas a ser realizadas en la ejecución contractual, conforme establecido en las Condiciones Generales de Inspección y Planilla de Clases de Inspección, Anexos X y XI de este PBC;

f) la Matriz de Asignación de Riesgos, Anexo XIII de este PBC;

g) la exoneración tributaria referida en el ítem 1.3 de este PBC;

h) para la definición del valor del Contrato, los precios de la Oferta Comercial ofertados en dólares de los Estados Unidos de América serán convertidos en guaraníes y/o reales. Para la conversión se utilizará la cotización del dólar vigente en la ITAIPU, de la siguiente manera:

h.1) real: cotización comercial del cierre del dólar de los Estados Unidos de América, tasa PTAX puesta a disposición para la venta, por el Banco Central del Brasil, tomando como referencia el día hábil anterior a la fecha de la sesión pública de la entrega de las Ofertas Comerciales;

h.2) guaraníes: cotización comercial del cierre del dólar de los Estados Unidos de América, en el mercado libre fluctuante, puesta a disposición para la venta por el Banco Central del Paraguay, tomando como referencia el día hábil anterior a la fecha de la sesión pública de entrega de las Ofertas Comerciales.

i) todos los costos, de cualquier naturaleza, en que se incurren para la ejecución del contrato.

2.5.4 No será aceptada oferta comercial alternativa.

2.5.5 La Oferta será considerada válida por el plazo de 90 (noventa) días corridos contados a partir de la fecha establecida para su entrega.

2.5.6 La fecha-base económica corresponderá a la fecha establecida para la entrega de la Oferta Comercial.

2.6 RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL E DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.6.1 Os invólucros “A” e “B” somente serão recebidos pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, na data, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

2.6.1.1 Após o prazo fixado no Calendário de Eventos, Anexo I, não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

2.6.2 O representante da proponente deverá se apresentar na sessão pública com:

- a) documento de identidade;
- b) no caso de representante de empresa estabelecida no Brasil, documentação para credenciamento e intervenção no certame, mediante instrumento público ou particular de procuração, com comprovação de competência de seu(s) signatário(s), e no caso de empresa estabelecida no Paraguai, documentação para credenciamento e intervenção no certame, mediante apresentação do instrumento público de procuração vigente.

2.6.2.1 Em se tratando de proprietário ou sócio deverá apresentar original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social, como prova de poder exercer direitos e contrair obrigações em nome da proponente. Em se tratando de empresa estabelecida no Paraguai as cópias deverão ser autenticadas, e no caso de empresa “unipersonal” será suficiente a apresentação do exigido em 2.6.2, alíneas “a” e a respectiva matrícula comercial.

2.6.2.2 A não apresentação do documento de credenciamento não implicará inabilitação da proponente, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.

2.6.3 A entrega dos invólucros implica a aceitação integral, por parte da proponente, do estabelecido neste CBC, seus anexos e aditamentos se houver.

2.6.4 Uma vez entregue a proposta comercial, a proponente somente poderá retirá-la mediante manifestação formal, que deverá

2.6 RECEPCIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL Y DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN

2.6.1 Los sobres “A” y “B” solamente serán recibidos por la Comisión de Recepción de ITAIPU en la sesión pública a ser realizada para ese fin, en la fecha, horario y local establecidos en el Calendario de Eventos, Anexo I de este PBC.

2.6.1.1 Vencido el plazo fijado en el Calendario de Eventos, Anexo I, se aceptará, sólo como oyente, la participación de algún oferente que llegue atrasado.

2.6.2 El representante del oferente deberá presentarse en la sesión pública con las siguientes documentaciones:

- a) documento de identidad;
- b) en el caso de representante de empresa establecida en el Paraguay, documentación para la acreditación e intervención en la licitación, mediante instrumento público de poderes vigente, y en el caso de empresa establecida en el Brasil, mediante la presentación de documentación para acreditación e intervención en la licitación, mediante instrumento público o particular de poderes vigente, con la comprobación de competencia de su(s) signatario(s).

2.6.2.1 Tratándose de propietario, o socio, deberá presentar el original o copia del registro comercial, del acto constitutivo, estatuto o del contrato social, como prueba de poder ejercer derechos y contraer obligaciones, en nombre del oferente. Tratándose de empresa establecida en Paraguay, las copias deberán ser autenticadas, y en el caso de empresa “unipersonal”, será suficiente la presentación de lo exigido en el ítem 2.6.2, letra “a” y la matrícula de comerciante respectiva.

2.6.2.2 La falta de presentación del documento que lo acredite, no implicará la inhabilitación del oferente, pero sí impedirá al representante, manifestarse y responder por el oferente.

2.6.3 La entrega de los sobres implica la aceptación integral por parte del oferente, de lo establecido en este PBC, sus anexos y aditivos, si los hubiere.

2.6.4 Una vez entregada la oferta comercial, el oferente sólo podrá retirarla mediante solicitud escrita dirigida a la ITAIPU, que deberá

constar em ata da sessão pública, antes da abertura do respectivo invólucro, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

2.6.5 Na sessão a que se refere o 2.6.1, serão abertos os invólucros "A". Uma das vias da documentação de habilitação será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, sendo guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados.

2.6.6 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.4.1, alínea "b", no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão.

2.6.7 Os invólucros "B" serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto em 2.8.

2.6.8 Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.7, que poderá ocorrer no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado; ou

b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

2.6.9 Em qualquer das hipóteses relacionadas em 2.6.8, a sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.7 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

2.7.1 O julgamento da documentação para a habilitação das proponentes é de responsabilidade da CLNE.

2.7.2 A documentação para a habilitação deverá atender as exigências estabelecidas neste CBC. A inobservância implicará inabilitação da proponente.

2.7.3 Para a habilitação econômico-financeira

constar en acta de la sesión pública, antes de la apertura del respectivo sobre, toda vez que el motivo aludido provenga de un hecho sobreviniente y aceptado por la ITAIPU.

2.6.5 En la sesión a que se refiere el ítem 2.6.1, serán abiertos los sobres "A". Uno de los ejemplares de la documentación para la habilitación será rubricado por los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes, siendo guardada en sobre cerrado y rubricado por los presentes citados.

2.6.6 La inobservancia por parte del oferente de lo dispuesto en el ítem 2.4.1, letra "b", en lo que concierne a rúbricas y foliaturas, podrá ser regularizada por el oferente en esa sesión.

2.6.7 Los sobres "B", serán rubricados por los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes, permaneciendo cerrados hasta la sesión pública a ser convocada para su apertura, conforme a lo dispuesto en el ítem 2.8.

2.6.8 Acto seguido, la Comisión de Recepción de la ITAIPU podrá:

a) suspender momentáneamente la sesión pública y en este caso, remitirá la documentación para análisis y juzgamiento en los términos del ítem 2.7, que podrá ocurrir en el mismo lugar de la Sesión Pública o en otro separado; o

b) declarar cerrada la Sesión Pública de recepción de los sobres.

2.6.9 En cualquiera de las hipótesis citadas en el ítem 2.6.8, la Sesión Pública será documentada en acta circunstanciada, firmada por los representantes de la ITAIPU y de los Oferentes presentes, en la cual se registrará todo lo ocurrido.

2.7 JUZGAMIENTO DE LA HABILITACIÓN DE LOS OFERENTES

2.7.1 El juzgamiento de la documentación para la habilitación de los oferentes, es de responsabilidad de la CLNE.

2.7.2 La Documentación para la Habilitación, deberá atender las exigencias establecidas en este PBC. La inobservancia implicará la inhabilitación del Oferente.

2.7.3 Para la habilitación económico-financiera

de empresas não cadastradas na modalidade de Cadastro Completo, além da verificação da conformidade da documentação apresentada conforme 2.4, proceder-se-á com a aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois) pontos, resultante do somatório de pontos das equações das alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes:

- I - **Liquidez Corrente**, obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 3$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

- II - **Liquidez Geral**, obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
c) se "Y" resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);
d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

- III - **Endividamento do Patrimônio Líquido**, obtido por meio da seguinte fórmula:

de empresas no cadastradas en la modalidad de Catastro Completo, además de la verificación, de la conformidad de la documentación presentada, de acuerdo con el ítem 2.4, se procederá a la evaluación, conforme a los indicadores contables, siendo que la puntuación mínima exigida para la habilitación es igual a 2 (dos) puntos, resultante de la sumatoria de puntos de la ecuación de la letra "a" de los incisos I, II, III y IV, siguientes:

- I - **Liquidez Corriente**, obtenida por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

- a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 3 (tres), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 3$$

- b) si el denominador fuere igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 3 (tres);
c) si "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

- II - **Liquidez General**, obtenida por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{AC + ANC - ACTF}{PC + PNC}$$

- a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 2 (dos), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 2$$

- b) si el denominador fuere igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 2 (dos);
c) si "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

- III - **Endeudamiento del Patrimonio Neto**, obtenido por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = -4X + 7$$

- b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se “X” resultar negativo ou o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação a ser atribuída será igual a 0 (zero).

- IV - **Autofinanciamento do Ativo Permanente**, obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

- 2.7.3.1** A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC	=	Ativo Circulante
PC	=	Passivo Circulante
RLP	=	Realizável a Longo Prazo
ELP	=	Exigível a Longo Prazo
ET	=	Exigível Total
PL	=	Patrimônio Líquido
AP	=	Ativo Permanente
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Pontuação

$$X = \frac{PT}{PN}$$

- a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 3 (tres), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = -4X + 7$$

- b) si el numerador fuere igual a 0 (cero) y el denominador positivo, la puntuación atribuida será igual a 3 (tres);
- c) si “Y” resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si “X” resultare negativo o el denominador fuere igual a 0 (cero), la puntuación a ser atribuida será igual a 0 (cero).

- IV - **Autofinanciamiento del Activo Fijo**, obtenido por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{PN}{ACTF}$$

- a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 2 (dos), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 2$$

- b) si el numerador fuere positivo y el denominador igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 2 (dos);
- c) si “Y” resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

- 2.7.3.1** La nomenclatura de las fórmulas y ecuaciones anteriormente citadas, es la siguiente:

AC	=	Activo Corriente
ANC	=	Activo no Corriente
ACTF	=	Activo Fijo (Inversiones a Largo Plazo + Bienes de Uso [Neto] + Cargos Diferidos)
PC	=	Pasivo Corriente
PNC	=	Pasivo no Corriente
PT	=	Pasivo Total
PN	=	Patrimonio Neto
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Puntuación

2.7.3.2 A habilitação econômico-financeira do consórcio será avaliada através da ponderação dos indicadores encontrados (X) proporcionalmente à participação de cada empresa no consórcio, sendo posteriormente aplicadas as fórmulas previstas nas alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV do 2.7.3 para obter a pontuação (Y) do consórcio.

2.7.4 Ocorrendo a inabilitação de todas as proponentes, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas as causas que implicaram inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.4, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.7.4.1 A inabilitação de uma ou mais empresas integrantes do consórcio inabilitará o respectivo consórcio.

2.7.5 Concluída ou não a fase de julgamento da habilitação, a Superintendência de Compras, na forma estabelecida em 1.6 reabrirá a sessão pública suspensa nos termos do 2.6.8, alínea "a", e caso:

- a) concluído o julgamento, comunicará o resultado da etapa de habilitação e abrirá, na mesma sessão pública, os invólucros que contenham as propostas comerciais das proponentes habilitadas, procedendo, então, de acordo com o disposto no subitem 2.8; ou
- b) não concluído o julgamento, convocará nova sessão pública para a abertura das propostas comerciais, indicando o local, a data e a hora da sua realização.

2.7.6 O recurso administrativo contra o julgamento da habilitação somente poderá ser oferecido depois de concluída a fase de julgamento e classificação das propostas comerciais, nos termos do disposto em 2.10.

2.8 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

2.8.1 A abertura dos invólucros "B", somente das proponentes habilitadas, será realizada em sessão pública, observando-se os seguintes procedimentos:

2.7.3.2 La habilitación económica-financiera del consorcio será evaluada mediante la ponderación de los indicados encontrados (X) proporcionalmente a la participación de cada empresa en el consorcio, siendo posteriormente aplicadas las fórmulas previstas en las letras "a" de los incisos I, II, III y IV del sub-ítem 2.7.3 para obtener la puntuación (Y) del consorcio.

2.7.4 Ocurriendo la inhabilitación de todos los oferentes, la ITAIPU está facultada a solicitar la presentación de nueva documentación, a fin de subsanar las causas que motivaron la inhabilitación. El plazo para la presentación, atendiendo los requisitos exigidos en el ítem 2.4, es de hasta 8 (ocho) días hábiles contados a partir de la fecha de recepción de la solicitud

2.7.4.1 La inhabilitación de una o más empresas integrantes del consorcio inhabilitará el respectivo consorcio.

2.7.5 Concluida o no la fase de juzgamiento de la habilitación, la Superintendencia de Compras, en la forma establecida en el ítem 1.6 reabrirá la sesión pública suspendida en los términos del 2.6.8, letra "a", y en el caso que:

- a) se haya concluido el juzgamiento, comunicará el resultado de la etapa de habilitación y, abrirá en la misma sesión pública los sobres que contengan las Ofertas Comerciales de los oferentes habilitados, procediendo, a continuación, de acuerdo con lo dispuesto en el ítem 2.8; o
- b) no se haya concluido el juzgamiento, convocará a nueva sesión pública para la apertura de las ofertas comerciales, indicando el local, la fecha y hora para su realización.

2.7.6 El recurso administrativo contra el juzgamiento la habilitación solo podrá ser presentado posteriormente a la conclusión de la fase de juzgamiento y clasificación de ofertas comerciales, en los términos de lo dispuesto en el ítem 2.10.

2.8 APERTURA DE LA OFERTA COMERCIAL

2.8.1 La apertura de los sobres "B", solamente de los oferentes habilitados, será realizada en sesión pública, observándose los siguientes procedimientos:

- a) abrem-se os invólucros "B" e concede-se às proponentes a oportunidade de suprir a eventual falta de numeração sequencial e rubrica, conforme 2.5.1, alínea "b" deste CBC;
- b) ato contínuo os representantes da ITAIPU e das proponentes presentes rubricarão uma das vias da documentação constituída de cópias;
- c) guardam-se as vias da documentação rubricada por todos em invólucros que serão novamente fechados e rubricados em seus fechos pelos representantes citados, mantendo-os em arquivo na Superintendência de Compras.

2.8.2 Concluídos os procedimentos estabelecidos em 2.8.1, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará as propostas comerciais para análise e julgamento nos termos do 2.9, que poderá ocorrer no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado; ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de abertura dos invólucros, diante da impossibilidade de julgamento em ato contínuo.

2.8.3 Na sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual serão registradas todas as ocorrências havidas.

2.9 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.9.1 O julgamento e a classificação das propostas comerciais são de responsabilidade da CLNE.

2.9.2 Classificadas as propostas comerciais, por ordem crescente dos preços ofertados, será considerada classificada em primeiro lugar a proponente que, tendo atendido as exigências deste CBC, apresentar a proposta comercial de menor preço total.

2.9.3 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista neste CBC, nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das

- a) se abrirán los sobres "B" y se concede a los oferentes la oportunidad de enmendar la eventual falta de numeración secuencial y rúbrica, conforme exigido en el ítem 2.5.1, letra "b" de este PBC;

- b) seguidamente los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes firmarán uno de los ejemplares de la documentación constituída de copias;

- c) se guardan los ejemplares de la documentación rubricada por todos en sobres que serán nuevamente cerrados y rubricados en sus solapas por los representantes, manteniéndolos en archivo en la Superintendencia de Compras.

2.8.2 Concluidos los procedimientos establecidos en el ítem 2.8.1, la Comisión de Recepción de la ITAIPU podrá:

- a) suspender la Sesión Pública y en este caso, remitirá las ofertas comerciales para análisis y juzgamiento en los términos del ítem 2.9, que podrá ocurrir en el mismo lugar de la Sesión Pública o en otro separado; o

- b) declarar cerrada la Sesión Pública de recepción de los sobres, ante la imposibilidad de juzgamiento en acto continuo.

2.8.3 En la sesión pública, se labrará acta circunstanciada, firmada por los representantes de ITAIPU y de los oferentes presentes, en el cual serán registradas todas las ocurrencias existentes.

2.9 JUZGAMIENTO Y CLASIFICACIÓN DE LAS OFERTAS COMERCIALES

2.9.1 El Juzgamiento y la Clasificación de las Ofertas Comerciales, son de responsabilidad de la CLNE.

2.9.2 Clasificadas las Ofertas Comerciales, por orden creciente de los precios ofertados, será considerado clasificado en primer lugar el Oferente que, habiendo atendido las exigencias de este PBC, presente la Oferta Comercial de menor precio total.

2.9.3 No se considerará ninguna oferta de ventaja no prevista en este PBC ni precio o ventaja basados en las ofertas comerciales de los

demais proponentes.

2.9.4 Em caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da Proposta Comercial, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo a ITAIPU proceder às correções necessárias.

2.9.5 Para o desempate de propostas comerciais de preços iguais realizar-se-á sorteio público, sendo que a modalidade será definida pela CLNE.

2.9.6 A ITAIPU desclassificará a proposta comercial:

- a) que não atenda as exigências deste Caderno de Bases e Condições, ressalvado o disposto em 2.5.1, alínea “b”;
- b) manifestamente inexecutável ou com preço excessivo.

2.9.6.1 A ITAIPU, antes de desclassificar a proposta comercial por preço inexecutável, notificará a proponente para que apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação, a composição de custo para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

2.9.7 Se todas as propostas comerciais forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.9.8 Depois da deliberação pela CLNE, a Superintendência de Compras comunicará o resultado da etapa de classificação das propostas comerciais de todas as proponentes, na forma estabelecida no subitem 1.6.

2.9.9 Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento da habilitação, classificação final e declaração do vencedor, propondo em seguida aos representantes das proponentes renunciarem ao prazo recursal.

demás oferentes.

2.9.4 En caso de constatare error de cálculo entre los precios unitario y total de la oferta comercial, prevalecerá, para todos los efectos, el precio unitario, pudiendo la ITAIPU efectuar las correcciones necesarias.

2.9.5 Para el desempate de Ofertas Comerciales de precios iguales, se realizará sorteo público, cuya modalidad será definida por la CLNE.

2.9.6 La ITAIPU desclasificará la Oferta Comercial:

- a) que no atienda las exigencias de este Pliego de Bases y Condiciones, salvo lo dispuesto en el ítem 2.5.1, letra “b”;
- b) con precio excesivo o comprobadamente impracticable.

2.9.6.1 La ITAIPU, antes de desclasificar la Oferta Comercial, por precio impracticable, notificará al Oferente para que presente, en el plazo de hasta 3 (tres) días hábiles, contados a partir de la fecha de recepción de la comunicación, la composición de costos para verificación de la compatibilidad del precio propuesto, con los del mercado.

2.9.7 Si todas las Ofertas Comerciales fueren desclasificadas, la ITAIPU está facultada a solicitar la presentación de nuevas Ofertas, subsanadas las causas que motivaron la desclasificación. El plazo para la presentación de las nuevas ofertas, atendidos los requisitos exigidos en el ítem 2.5.1, es de hasta 8 (ocho) días hábiles, contados a partir de la fecha de recepción de la solicitud.

2.9.8 Después de la deliberación por la CLNE, la Superintendencia de Compras comunicará el resultado de la etapa de clasificación de las ofertas comerciales de todos los oferentes, en la forma establecida en el ítem 1.6.

2.9.9 En la hipótesis de divulgación del resultado en la continuidad de la sesión pública, la Comisión de recepción, luego de declarar reabierta la sesión, proseguirá con la lectura del resultado del juzgamiento de habilitación, clasificación final y declaración del vencedor, proponiendo seguidamente a los representantes de los oferentes que renuncien a interponer recurso.

2.9.9.1 Havendo renúncia expressa por parte de todas as proponentes, consignar-se-á as manifestações em ata, seguindo com a coleta de assinatura dos representantes da ITAIPU e de todas as proponentes em confirmação do ato, dando-se ao final por encerrada a sessão pública.

2.9.9.2 Não havendo renúncia de qualquer das proponentes, dar-se-á por encerrada a sessão pública, franqueando-se desde já vista do processo e abrindo-se, com isso, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, conforme estabelecido em 2.10 deste CBC.

2.9.10 Todas as ocorrências havidas na sessão pública serão registradas em ata circunstanciada a ser assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes.

2.9.11 Com a divulgação do resultado final, e não havendo recursos, ou em havendo, após o seu processamento conforme disposto em 2.10, o processo será enviado à autoridade competente da ITAIPU para homologação.

2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.10.1 Das decisões proferidas nesta licitação poderão ser interpostos recursos, em única oportunidade, contra a:

- a) classificação ou desclassificação das propostas; habilitação ou inhabilitação da proponente, e declaração do vencedor da licitação;
- b) revogação ou anulação da licitação.

2.10.1.1 O recurso administrativo interposto conforme alínea “a” do 2.10.1 terá efeito suspensivo.

2.10.1.2 Os interessados terão direito de vista ao processo licitatório, bastando para tanto requerer no endereço indicado no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.1.3 Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

2.10.2 O recurso deverá ser protocolado na Superintendência de Compras, no endereço

2.9.9.1 Existiendo renuncia expresa por parte de todos los oferentes, se consignará las manifestaciones en acta, siguiendo con la colecta de las firmas de los representantes de ITAIPU y de todos, confirmando el acto, considerándose al final, cerrada la sesión pública

2.9.9.2 No existiendo renuncia de parte de cualquiera de los oferentes, se dará por cerrada la sesión pública, liberándose desde ese momento, vista al proceso y habilitándose con eso, el plazo de 5 (cinco) días hábiles para la interposición de recurso administrativo, conforme establecido en el ítem 2.10 de este PBC.

2.9.10 Todas las ocurrencias existentes en la sesión pública serán registradas en acta circunstanciada a ser firmada por los representantes de ITAIPU y de los oferentes presentes.

2.9.11 Con la divulgación del resultado final, y no existiendo recurso, o incluso existiendo, luego de su procesamiento conforme dispuesto en el ítem 2.10, el proceso será remitido a la autoridad competente de la ITAIPU, para su homologación.

2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.10.1 Podrá interponerse recurso administrativo, por única vez, contra las siguientes decisiones dictadas en esta Licitación, a saber:

- a) clasificación o desclasificación de las Ofertas Comerciales; habilitación o inhabilitación del oferente, y declaración del vencedor de la licitación.
- b) revocación o anulación de la licitación.

2.10.1.1 El recurso administrativo interpuesto conforme ítem 2.10.1 letra “a” tendrá efecto suspensivo.

2.10.1.2 Los interesados tendrán derecho de vista al proceso licitatorio. Para el efecto, deberán solicitar en la dirección indicada en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.10.1.3 Ningún plazo correrá sin que el proceso esté con “vista” liberada.

2.10.2 El Recurso deberá ser protocolizado a través de la Superintendencia de Compras, en la

estabelecido no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.3 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos aos demais proponentes, que poderão oferecer contrarrazões no prazo e horário previstos no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.4 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

2.10.4.1 Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

2.10.5 A ITAIPU comunicará a todas as proponentes o resultado do julgamento do recurso administrativo interposto.

2.11 ASSINATURA DO CONTRATO

2.11.1 A ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da respectiva comunicação.

2.11.1.1 É requisito indispensável para a assinatura do contrato a apresentação do documento constitutivo do consórcio nos termos do compromisso oferecido na fase de habilitação.

2.11.1.2 Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a vencedora tenha seu pedido de prorrogação aceito pela ITAIPU.

2.11.2 O instrumento contratual derivado desta licitação poderá ser assinado em forma física ou eletrônica, a critério da ITAIPU.

2.11.2.1 Para a assinatura de documentos em forma eletrônica com foro no Brasil, a proponente vencedora deverá:

- a) Se tiver sede no Brasil, usar certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento;

dirección mencionada en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.10.3 Interpuesto el recurso, se dará conocimiento de sus términos a los demás oferentes, quienes podrán impugnarlo en el plazo y horario previstos en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.10.4 Para el cómputo de los plazos, se excluirá el día de notificación y se incluirá el del vencimiento.

2.10.4.1 Los plazos aquí mencionados sólo inician y vencen en los días hábiles, para ITAIPU, en el lugar de entrega de las ofertas.

2.10.5 La ITAIPU comunicará a todos los Oferentes, el resultado del juzgamiento del Recurso Administrativo interpuesto.

2.11 FIRMA DEL CONTRATO

2.11.1 La ITAIPU podrá convocar al Oferente ganador de esta licitación para firmar el respectivo Contrato dándole un plazo de hasta 10 (diez) días corridos, contados a partir de la recepción de la respectiva comunicación.

2.11.1.1 Es requisito indispensable para la firma del contrato la presentación del documento constitutivo del consorcio en los términos del compromiso ofrecido en la fase de habilitación.

2.11.1.2 Este plazo podrá ser prorrogado por igual período siempre que el ganador tenga su pedido de prórroga justificado y aceptado por la ITAIPU.

2.11.2 El instrumento contractual derivado de esta licitación podrá ser firmado en forma física o electrónica, a criterio de la ITAIPU.

2.11.2.1 Para la firma de documentos en forma electrónica con jurisdicción en el Paraguay, el oferente vencedor deberá:

- a) Si tuviere sede en el Paraguay, usar certificado digital emitido por una entidad legalmente habilitada para el efecto, de conformidad a lo dispuesto en la Ley N° 6822/21 y demás normas paraguayas concordantes. Es obligatorio para el titular del certificado digital demostrar que es el representante legal del oferente, y que posee poderes suficientes para la formalización del instrumento;

- b) Se tiver sede fora do Brasil, usar certificado digital compatível com o padrão instituído pela ICP-Brasil, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento.

2.11.2.2 A proponente, desde já, concorda com e reputa válida a utilização, pela ITAIPU, de certificado digital não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001.

2.11.3 Na hipótese da vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste CBC, a ITAIPU suspenderá a proponente de participar de licitações e contratar com a ITAIPU pelo prazo de 6 (seis) meses, mediante prévio processo administrativo de aplicação da penalidade cadastral.

2.11.3.1 Ocorrendo a hipótese prevista em 2.11.3, a ITAIPU, a seu exclusivo critério, poderá convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o Contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada, ou declarar fracassada a licitação.

2.11.3.2 As sanções previstas em 2.11.3 não se aplicam às proponentes convocadas na forma do 2.11.3.1.

2.12 DEVOLUÇÃO DOS INVOLUCROS DA HABILITAÇÃO

2.12.1 A documentação para a habilitação e/ou a proposta comercial da proponente desclassificada e/ou inabilitada será devolvida após a assinatura do contrato, no endereço informado pela proponente, exceto as vias guardadas nos envelopes fechados, conforme subitem 2.6.5 e 2.8.1, alínea “c”.

CAPÍTULO III ANEXOS

Integram este Caderno de Bases e Condições:

- b) Si tuviere sede fuera del Paraguay, usar certificado digital compatible con los estándares definidos en el contexto de la PKI-Paraguay y/o la ICP-Brasil, y en el marco de la Ley 6822/21, y demás normas reglamentarias. Es obligatorio para el titular del certificado digital demostrar que es representante legal del oferente, y que posee suficientes poderes para la formalización del instrumento.

2.11.2.2 El oferente desde ya, concuerda y reputa válida la utilización, por la ITAIPU, del certificado digital emitido en el marco de la PKI-Paraguay, y/o la ICP-Brasil, y en el contexto de la Ley 6822/21, y demás normas reglamentarias.

2.11.3 En la hipótesis de que el ganador de esta licitación no firme el Contrato, en el plazo y en las condiciones establecidas en este PBC, la ITAIPU suspenderá al Oferente de participar de licitaciones y contratar con la ITAIPU por el plazo de hasta 6 (seis) meses, mediante previo proceso administrativo de aplicación de la penalidad catastral.

2.11.3.1 En la hipótesis de que ocurra lo previsto en el ítem 2.11.3, la ITAIPU, a su exclusivo criterio, podrá convocar a los Oferentes restantes, en el orden de clasificación, para firmar el Contrato, en las mismas condiciones y precios del primer clasificado, o declarar fracasada la licitación.

2.11.3.2 Las sanciones previstas en el ítem 2.11.3 no son aplicables a los Oferentes convocados como establece el ítem 2.11.3.1.

2.12 DEVOLUCIÓN DE LOS SOBRES DE LA HABILITACIÓN

2.12.1 La documentación para la habilitación y/o la oferta comercial del oferente desclasificado y/o inhabilitado serán devueltas, luego de la firma del contrato, en la dirección informada por el oferente, excepto las vias guardadas en los sobres cerrados, conforme subítems 2.6.5 y 2.8.1, letra “c”.

CAPÍTULO III ANEXOS

Integran este Pliego de Bases y Condiciones:

ANEXO I	Calendário de Eventos
ANEXO II	Documentação para a Habilitação
ANEXO III	Especificações Técnicas
ANEXO IV	Orçamento Estimado
ANEXO V	Planilha de Preços
ANEXO VI	Minuta de Contrato
ANEXO VII	Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho
ANEXO VIII	Normas e Procedimentos de Acesso e Circulação na Área Industrial
ANEXO IX	Calendário de Feriados
ANEXO X	Condições Gerais de Inspeção
ANEXO XI	Planilha de Classes de Inspeção
ANEXO XII	Cronograma Orientativo
ANEXO XIII	Matriz de Alocação de Riscos
ANEXO XIV	Quadro Auxiliar Contábil (para empresa estabelecida no Paraguai)
ANEXO XV	Planilha Auxiliar

OBSERVAÇÃO: Os Anexos VII, VIII, IX e X estão disponíveis apenas no *site* <https://compras.itaipu.gov.br>, opção “Normas e instruções”.

APROVAÇÃO:

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

ANEXO I	Calendario de Eventos
ANEXO II	Documentación para la Habilitación
ANEXO III	Especificaciones Técnicas
ANEXO IV	Presupuesto Estimado
ANEXO V	Planilla de Precios
ANEXO VI	Minuta de Contrato
ANEXO VII	Directrices de Seguridad y Salud en el Trabajo
ANEXO VIII	Normas y Procedimientos de Acceso y Circulación en Área Industrial
ANEXO IX	Calendario de Feriados
ANEXO X	Condiciones Generales de Inspección
ANEXO XI	Planilla de Clases de Inspección
ANEXO XII	Cronograma Orientativo
ANEXO XIII	Matriz de Asignación de Riesgos
ANEXO XIV	Cuadro Auxiliar Contable (para empresa establecida en el Paraguay)
ANEXO XV	Planilla Auxiliar

OBSERVACIÓN. Los Anexos VII, VIII, IX y X están disponibles solamente en el *sitio* <https://compras.itaipu.gov.py>, opción “Normas e Instrucciones”.

APROBACIÓN:

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras